

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

**Demonstrações financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
e 2023.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balancos patrimoniais	14
Demonstrações dos resultados	15
Demonstrações dos resultados abrangentes	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A (“RodoAnel” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia emprega de forma direta 497 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração.

A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%).

1.3. Destaques de 2024

Investimentos

- Implantação das Faixas Adicionais Pista Interna / Externa.

No dia 29 de abril, a Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 17 milhões de dividendos, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

No dia 29 de abril, a Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 4 milhões de juros sobre capital próprio, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2023.

No dia 27 de novembro, a Companhia realizou o pagamento de aproximadamente R\$ 7 milhões de juros sobre capital próprio, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 2024.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

Em R\$ mil	2024	2023	Var %
Receita operacional bruta (incluída a receita de construção)	507.705	446.858	13,62%
Receita operacional bruta (excluída a receita de construção)	451.766	413.383	9,29%
- Receita de pedágio	448.348	409.378	9,52%
- Outras receitas	3.418	4.005	-14,66%
Deduções da receita bruta	(39.202)	(35.957)	9,02%
Receita líquida (excluída a receita de construção)	412.564	377.426	9,31%
(+) Receita de construção	55.939	33.475	67,11%
Custos e despesas (a)	(363.086)	(265.898)	36,55%
- Depreciação e amortização	(37.095)	(26.284)	41,13%
- Serviços de terceiros	(60.251)	(27.476)	119,29%
- Custo da outorga	(13.554)	(12.400)	9,31%
- Custo com pessoal	(53.590)	(51.132)	4,81%
- Custo de construção	(55.939)	(33.475)	67,11%
- Provisão de manutenção	(24.169)	(9.135)	164,58%
- Outros custos e resultados operacionais	(44.910)	(32.418)	38,53%
- Apropriação de despesas antecipadas da outorga	(73.578)	(73.578)	0,00%
EBIT ajustado	105.417	145.003	-27,30%
Margem EBIT ajustada (b)	25,55%	38,42%	-33,49%
EBIT (c)	105.417	145.003	-27,30%
Margem EBIT	22,50%	35,29%	-36,24%
(+) Depreciação e amortização	37.095	26.284	41,13%
EBITDA (b)	142.512	171.287	-16,80%
Margem EBITDA	34,54%	41,69%	-17,14%
(+) Provisão de manutenção (d)	24.169	9.135	164,58%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	240.259	254.000	-5,41%
Margem EBITDA ajustada (f)	58,24%	67,30%	-13,47%
Resultado financeiro líquido	(57.234)	(63.651)	-10,08%
Lucro antes do IR & CS	48.183	81.352	-40,77%
Imposto de renda e Contribuição social	(5.274)	(17.640)	-70,10%
Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	42.909	63.712	-32,65%
Endividamento bruto (g)	550.313	466.342	18,01%
Investimentos (caixa)	85.730	77.491	10,63%
Veículos equivalentes (em milhares)	144.021	140.544	2,47%

- (a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais.
- (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (c) Calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (g) Somatório das debêntures e notas promissórias de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.1.1. Receita operacional

A receita operacional bruta de pedágio em 2024 totalizou R\$ 448.348 (9,52% sobre 2023). O aumento da receita é reflexo do aumento de tráfego de 2,5%. Foi um ano com cenário econômico positivo, com bom desempenho da indústria e do comércio, que influenciou positivamente o tráfego de veículos de passeio e comercial. Isso resultou em um aumento considerável de tráfego anual com reajuste tarifário contratual de 3,93% além do reajuste cautelar de R\$ 0,10 a partir de 01 de julho de 2024 (medida cautelar de mitigação do impacto dos desequilíbrios do Contrato de Concessão).

2.1.2. Custos e despesas totais

Os custos e despesas totalizaram R\$ 363.086 no ano de 2024. Os principais fatores que contribuíram para o aumento de 36,55% em relação a 2023, foram:

- Os custos de construção atingiram R\$ 55.939. O aumento de 67,11% em relação a 2023 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. O principal montante investido foi relacionado a Implantação de Faixa Adicional entre os km 15+900 ao 19+700, região Carapicuíba.
- Em 2024, a provisão de manutenção totalizou R\$ 24.169, ante R\$ 9.135 em 2023, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2024, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- Depreciação e amortização somaram R\$ 37.095 no ano de 2024. O aumento de 41,13% em relação ao ano anterior foi reflexo das transferências dos ativos em andamento para o ativo definitivo e da depreciação e amortização dos ativos tangíveis e intangíveis da Companhia, descrito na seção de investimentos.
- O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 87.132 no ano de 2024, não sofrendo variações significativas.

Em 2024, o custo de serviços totalizou R\$ 60.251, representando aumento de 119,29% em relação a 2023, impactado principalmente pelo aumento com Serviço de Recuperação do Pavimento Flexível para atendimento aos parâmetros, além disso, temos também o reajuste contratual nos pacotes de serviços da Conservação.

- Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 53.590 no ano de 2024, registrando um aumento de 4,81% em relação a 2023, reflexo principalmente dos gastos compartilhados com pessoal referente às faturas de custeio CSC (Centro de Serviços Compartilhados), gastos com vale alimentação/vale refeição, vale transporte, auxílio creche-paternidade, adequação salarial e assistência médica.
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 38,53% e atingiram R\$ 44.910 no ano de 2024. Esse aumento deve-se principalmente ao efeito de gastos com combustíveis, aluguel de veículos leves, licença de uso de programa e obras de conservação da rodovia.

2.1.3. Resultado financeiro

No ano de 2024, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R\$ 57.234 ante R\$ 63.651 em 2023. A redução de 10,08% ocorreu principalmente pelas menores taxas apresentadas na contratação da nova captação realizada em abril 2024 para pré-pagamento de dívida com taxas mais onerosas.

2.1.4. Lucro líquido

Em 2024, o lucro líquido atingiu R\$ 42.909, apresentando uma redução de -32,65% em relação a 2023, reflexo principalmente da piora no resultado operacional.

2.1.5. Endividamento

O endividamento bruto alcançou R\$ 550.313 ante R\$ 466.342 em 2023. Esse aumento é devido alteração de perfil de dívida com liquidação da 6ª emissão, pré-pagamento da 7ª emissão e captação da 8ª e 9ª, alongando o prazo com taxas mais atrativas.

2.1.6. Investimentos

A CCR RodoAnel Oeste investiu cerca de R\$ 86.897 em 2024, na rodovia SP-021. Os investimentos, principalmente aqueles em obras de grande porte, têm contribuído significativamente para melhoria da qualidade de vida e segurança da população lindeira e dos usuários em geral. Dentre os principais investimentos, destacam-se:

- Implantação de Faixa adicional - Pista interna/Externa
- Recuperação de OAEs
- SP021 - Destinação de Resíduos
- Adequação de Gabarito km 14+300
- Adequação Dispositivo km 15+400

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por três membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

O Diretor Presidente e de Relações com Investidores da Companhia é o Sr. Guilherme Motta Gomes. A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rodovia na Rodovia Rodoanel Mário Covas (SP-021), KM 16 – Pista Interna, Vila Municipal - Carapicuíba, CEP 06.328-175.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodoaneloeste.com.br/ri.

3.2. Gestão de Pessoas

A sustentabilidade é um tema estratégico da CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, qual é desdobrada em sua Estratégia de Sustentabilidade revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança Da Estratégia De Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A diretoria de sustentabilidade (DS) conta com um(a) executivo(a) responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de, ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (IC02), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025 não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Iniciativas Voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição *Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR é uma instituição privada sem fins lucrativos, criada em 2014, para gerenciar o investimento social do Grupo CCR. O objetivo é ampliar o conceito de mobilidade por meio de iniciativas de educação e cultura, mobilidade e cidades sustentáveis e, saúde e segurança. Está sob responsabilidade do Instituto, a gestão dos projetos incentivados, voluntariado e programas proprietários.

Em abril deste ano o Instituto CCR, entidade responsável pelos investimentos socioculturais do Grupo CCR, completou 10 anos de atuação, gerenciando valor recorde de R\$ 72 milhões para impacto social, um investimento recorde em toda sua trajetória. Desde a sua fundação, em 2014, o Instituto CCR já destinou cerca de R\$ 300 milhões a projetos sociais, beneficiando mais de 18 milhões de pessoas em mais de 430 municípios de todo o País.

Em 2024, 2,9 milhões de pessoas foram impactadas direta e indiretamente nos mais de 57 projetos investidos. Ao longo do ano, 36 unidades do Grupo foram beneficiadas em 273 municípios impactados e R\$ 72 milhões investidos em ações sociais, contemplando verba direta e incentivo fiscal.

Em abril deste ano, o Grupo CCR assumiu ainda o compromisso de investir R\$ 750 milhões em iniciativas de impacto social até 2035, nos pilares de Educação & Cultura, Mobilidade & Cidades Sustentáveis e Saúde & Segurança.

Saiba mais em www.institutoccr.com.br.

4.3. Reconhecimentos e Prêmios

CCR Rodoanel foi homenageada com o primeiro Prêmio de Inovação e Sustentabilidade – CBB Asfaltos 2024. Esta premiação, concedida pela CBB Asfaltos Ltda, visa reconhecer clientes que se destacaram em iniciativas inovadoras e sustentáveis no rodoviarismo brasileiro.

Anualmente a companhia também participa da Premiação "Melhor Concessionária do Ano" da ARTESP, no entanto, os resultados de 2024 ainda não foram divulgados.

Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia

Caminhos para Saúde: O Programa Caminhos para a Saúde, também proprietário do Instituto CCR, tem como foco a diminuição dos riscos de acidentes provocados por problemas relacionados à saúde integral dos motoristas/caminhoneiros (física e mental), bem como a saúde do caminhão. As 2 ações itinerantes da CCR RodoAnel ocorreram no CEAGESP e contaram com participação do Check-up de veículos, Projeto Help (apoio emocional), massoterapeutas, cabelereiro e exames rápidos de saúde. Em 2024, essas ações somaram um total de 606 atendidos.

Caminhos para a Cidadania - O Programa Caminhos para a Cidadania é uma ação social e educativa do Grupo CCR. Promove formação continuada e empoderamento de educadoras e educadores do ensino fundamental I de redes municipais de ensino. O Programa oferta materiais pedagógicos e cursos à distância gratuitos com estratégias pautadas nas 10 Competências Gerais da BNCC. Seu eixo temático está embasado em reflexões sobre cidadania, alfabetização, diversidade, educação financeira, caminhos seguros, educação ambiental, cultura digital, arte educação e saúde mental. O objetivo é trabalhar essas temáticas com professores para que eles multipliquem com seus alunos, o tema de 2024 foi: Comunidades Leitores, no total 597 professores se cadastraram na plataforma, 439 se matricularam nos cursos e 264 professores concluíram.

Campanha Lacre Solidário: A campanha será realizada anualmente, em parceria com a APAE. O objetivo é arrecadar lacres em vários locais de trabalho e doar para a instituição. No ano de 2024 não houve arrecadações suficientes para doação.

Ir e Vir: Cidadãos Vigilantes: É uma iniciativa da Companhia de Teatro Parafernália, apresentada por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura, do Ministério da Cultura, com o patrocínio do Instituto CCR. O espetáculo tem o objetivo de conscientizar o público infantojuvenil sobre a importância da Mobilidade Urbana e da Sustentabilidade. Na CCR RodoAnel a itinerância ocorreu em 2 municípios, com 680 alunos de escolas públicas atingidas.

- Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2024, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Formação de auditores ISO 39001, Manejo de Animais, NR 23 - Brigada, NR 33 - Trabalho em espaço confinado, NR 35 - Trabalho em Altura, NR 10 - Trabalho com eletricidade, Jornada da Liderança e programa de liderança CCR, além desses treinamentos, tivemos o destaque também para o treinamento de cultura e o treinamento de revisão dos procedimentos operacionais.

5. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

5.2 Auditores Independentes

Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Carapicuíba, 7 de março de 2025.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e administradores da
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.**
Carapicuíba - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em

continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli

Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante		177.857	186.599
Caixa e equivalentes de caixa	6	60.329	70.852
Aplicações financeiras	6	1.461	2.167
Contas a receber das operações	7.1	33.014	27.098
Contas a receber de partes relacionadas	10	12	3.849
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578
Tributos a recuperar		4.873	5.469
Contas a receber de operações com derivativos	19.2	-	1.069
Adiantamentos a fornecedores		1.904	379
Despesas antecipadas e outros créditos		2.686	2.138
Não circulante		1.801.223	1.816.054
Realizável a longo prazo			
Contas a receber das operações	7.1	819	-
Contas a receber de partes relacionadas	10	-	20
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	252.050	247.794
Tributos a recuperar		741	-
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	913.593	987.171
Depósitos judiciais		17	287
Outros créditos		58	-
Imobilizado	11	53.586	30.198
Intangível	12	521.259	532.861
Infraestrutura em construção	12	58.910	17.040
Direito de uso em arrendamento		190	683
Total do Ativo		1.979.080	2.002.653
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2024	2023
Circulante		69.134	575.450
Debêntures	13	5.538	375.716
Fornecedores		28.520	23.860
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	2.402	2.090
Imposto de renda e contribuição social a recolher		5.614	21.446
ISS a recolher		2.488	2.251
Obrigações sociais e trabalhistas		5.019	4.674
Obrigações com o Poder Concedente		1.128	1.098
Provisão de manutenção	15	-	2
Juros sobre capital próprio	10	17.000	4.318
Mútuos cedidos à terceiros		-	138.882
Passivo de arrendamento		209	522
Outras obrigações		1.216	591
Não circulante		583.373	98.335
Debêntures	13	544.775	90.627
Fornecedores		2.109	1.447
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14	4.193	274
Provisão de manutenção	15	31.551	5.796
Passivo de arrendamento		-	191
Outras obrigações		745	-
Patrimônio Líquido	16	1.326.573	1.328.868
Capital social		1.303.434	1.303.434
Reservas de lucros		23.139	25.434
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		1.979.080	2.002.653

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações de resultados

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2024	2023
Receitas operacionais líquidas	17	468.503	410.901
Custos dos serviços prestados		(321.209)	(235.124)
Custo da outorga		(87.132)	(85.978)
Serviços		(63.123)	(30.300)
Custo de construção		(55.939)	(33.475)
Custo com pessoal		(38.356)	(39.679)
Depreciação e amortização	11 e 12	(35.460)	(24.443)
Provisão de manutenção	15	(24.169)	(9.135)
Materiais, equipamentos e veículos		(8.266)	(6.974)
Outros		(8.764)	(5.140)
Lucro bruto		147.294	175.777
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(41.877)	(30.774)
Despesas com pessoal		(15.234)	(11.453)
Serviços		(10.877)	(6.398)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.635)	(1.841)
Materiais, equipamentos e veículos		(2.071)	(1.798)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(983)	(913)
Aluguéis de imóveis e condomínios		(20)	(30)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.441)	(1.570)
Taxa de administração - vale pedágio		(791)	(516)
Reversão (provisão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	54	(50)
Indenizações cíveis e trabalhistas		(869)	(706)
Água, luz, telefone, internet e gás		(296)	(2.368)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(235)	(194)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(3.919)	(192)
Impostos, taxas e despesas com cartórios		(430)	(257)
Outras (despesas) receitas operacionais		(3.130)	(2.488)
Resultado antes do resultado financeiro		105.417	145.003
Resultado financeiro	18	(57.234)	(63.651)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		48.183	81.352
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	(5.274)	(17.640)
Lucro líquido do exercício		42.909	63.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	42.909	63.712
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	42.909	63.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
			Legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2023		1.303.434	5.343	4.333	9.051	-	1.322.161
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.712	63.712
Dividendos intermediários em 18 de abril de 2023		-	-	(4.333)	-	-	(4.333)
Dividendos adicional proposto em 18 de abril de 2023		-	-	-	(9.051)	-	(9.051)
Destinações:							
Reserva legal		-	3.186	-	-	(3.186)	-
Dividendos intermediários em 27 de novembro de 2023		-	-	-	-	(14.791)	(14.791)
Juros sobre capital próprio em 27 de novembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	(20.187)	(20.187)
Juros sobre capital próprio em 27 de novembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	(3.562)	(3.562)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (líquido)		-	-	-	-	(4.318)	(4.318)
Juros sobre capital próprio em 21 de dezembro de 2023 (IRRF)		-	-	-	-	(763)	(763)
Reserva de retenção de lucros		-	-	16.905	-	(16.905)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.303.434	8.529	16.905	-	-	1.328.868
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	42.909	42.909
Distribuição de dividendos adicionais em 25 de abril de 2024	16.4	-	-	(16.905)	-	-	(16.905)
Destinações:							
Juros sobre capital próprio em 25 de setembro de 2024 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(7.054)	(7.054)
Juros sobre capital próprio em 25 de setembro de 2024 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(1.245)	(1.245)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (líquido)	16.5	-	-	-	-	(17.000)	(17.000)
Juros sobre capital próprio em 13 de dezembro de 2024 (IRRF)	16.5	-	-	-	-	(3.000)	(3.000)
Reserva legal	16.2	-	2.145	-	-	(2.145)	-
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	12.465	-	(12.465)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.303.434	10.674	12.465	-	-	1.326.573

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		42.909	63.712
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	(4.256)	13.764
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	9	73.578	73.578
Depreciação e amortização	11 e 12	36.602	25.849
Capitalização de custo de debêntures	18	(4.694)	(21.615)
Depreciação - direito de uso em arrendamento		493	435
Baixa de ativo imobilizado	11	166	16
Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	4.892	914
Juros sobre debêntures	18	52.599	72.813
Resultado de operações com derivativos	18	(56)	(218)
Valor justo de debêntures	18	(659)	(2.973)
Juros sobre mútuo com terceiros	18	17.066	18.821
Provisão (reversão) para perda esperada - contas a receber das operações	7.1	(54)	50
Comissão de fianças com partes relacionadas	18	1.620	4.840
Constituição de provisão de manutenção	15	24.169	9.135
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	15	1.584	1.356
Rendimentos de aplicação financeira		(123)	(81)
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	18	3	9
Reversão do ajuste a valor presente do arrendamento	18	44	80
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber das operações	7.1	(6.681)	(4.593)
Contas a receber de partes relacionadas	10	3.857	(1.173)
Tributos a recuperar		(145)	146
Adiantamentos a fornecedores		(1.525)	(342)
Despesas antecipadas e outras		(336)	(204)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		5.319	4.719
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	10	(1.308)	(3.908)
Obrigações sociais e trabalhistas		345	385
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social		(7.546)	6.895
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(12.294)	(6.339)
Obrigações com o Poder Concedente		13.554	10.464
Pagamentos de obrigações com o Poder Concedente		(13.524)	(10.500)
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	14.1	(973)	(722)
Mútuos com terceiros		(155.948)	(2.823)
Realização da provisão de manutenção	15	-	(32.801)
Outras contas a pagar		1.370	418
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		70.048	220.107
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	11	(26.009)	(8.112)
Aquisição de ativo intangível	12	(59.721)	(36.578)
Outros ativos imobilizado e intangível		-	52
Aplicações financeiras líquidas de resgate		503	28.606
Resgates / aplicações (conta reserva)		326	(48)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimentos		(84.901)	(16.080)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Recebimento de operações com derivativos	21.2	1.125	3.465
Arrendamento			
Pagamento de principal	21.2	(548)	(485)
Debêntures			
Captações	21.2	530.128	90.443
Pagamentos de principal	21.2	(455.000)	(154.000)
Pagamentos de juros	21.2	(43.098)	(78.790)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21.2	(28.277)	(53.586)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento		4.330	(192.953)
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		(10.523)	11.074
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		70.852	59.778
No final do exercício		60.329	70.852
		(10.523)	11.074

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Rodovia Mario Covas s/n km 16+ 750 – Sentido Perus – Vila Municipal - Carapicuíba – CEP 06.328-175.

A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 29+300 da SP021 (km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116)), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende:

- a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados;
- b) Apoio na execução dos serviços não delegados; e
- c) Gestão dos serviços complementares, na forma do regulamento da concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão nº 001/ARTESP/2008.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Ampliações e melhoramentos

- Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco;
- Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia;
- Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia;
- Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego;
- Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável;
- Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e
- Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O contrato de concessão da Companhia não contém opção de renovação.



O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questão do contrato de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questão do contrato de concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.



O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

1.2. Processos em andamento

a. Ação Popular n.º 0617139-73.2008.8.26.0053 – Lei Estadual n.º 2.481/53 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de Ação Popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas da Companhia, CCR e Encalso Construções Ltda. (Encalso), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial. Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a petição inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos.

Em 24 de janeiro de 2024, foi proferido despacho determinando que o autor emende a inicial, sob pena de extinção. Aguarda-se a intimação do autor.

b. Processo n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 – Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor.

O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar.

Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT n.º 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Como as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste tarifário definido em 2013, a Companhia, em



18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

Em 25 de abril de 2019, foi proferida sentença julgando procedente o pedido da Companhia a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Após a apreciação de embargos de declaração opostos por cada Parte, em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação tendo a Companhia apresentado suas contrarrazões.

Em 1º de outubro de 2024, foi proferido acórdão convertendo o julgamento em diligência para complementação da prova pericial em 1º grau.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 6 de março de 2025, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:

- 7.1 **Provisão para perda esperada:** principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. **Reconhecimento de ativos fiscais diferidos:** disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
12. **Amortização dos ativos intangíveis:** curva de amortização;
14. **Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários:** determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
15. **Provisão de manutenção:** estimativa de valor para manutenção futura e taxa de desconto da estimativa; e
19. **Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo:** premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.



As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o período de vigência do arrendamento.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR,) os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:



- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo



contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente -o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.



A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor



contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura – vide item 3.14.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.9. Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.



A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

3.10. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.11. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.



Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.13. Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe



o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.

Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

Adicionalmente, a Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente relacionados a extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, onde não existe nenhuma obrigação de performance associada, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado. Sobre o valor contabilizado no resultado, constitui-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.14. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06; e
- Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua associada ou *joint venture* – alterações ao CPC 36 e CPC 18.

3.15. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.



Outras Normas Contábeis

A seguinte norma alterada não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo CCR:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

- Derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos resumem-se a contratos de *swap* de taxa de juros, que visam à proteção contra riscos cambiais e de taxas de juros.

Operações de *swap* de juros

Os valores justos dos contratos de derivativos são calculados projetando-se os fluxos de caixa futuros das operações, tomando como base cotações de mercado futuras obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg) adicionadas dos respectivos cupons, para a data de vencimento de cada uma das operações, e trazidos a valor presente por uma taxa pré-fixada acrescida de um componente de risco de crédito na data de mensuração.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;



- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 10, 13 e 19.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 13 e 19.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.



d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos
Debêntures e notas promissórias (a)	15.858	97.014	53.889	48.677
Fornecedores e outras obrigações	29.737	2.854	-	-
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	2.402	-	-	-
Juros sobre capital próprio a pagar	16.999	-	-	-
Obrigações com o Poder Concedente	1.128	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Caixa e bancos	1.636	1.454
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	58.693	69.398
Total	60.329	70.852

Aplicações financeiras	2024	2023
Circulante	1.461	2.167
Aplicações financeiras (a)	1.213	1.593
Conta reserva (b)	248	574
Total	1.461	2.167

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e

(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a debêntures e notas

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

promissórias (nota explicativa nº 13).

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,98% do CDI, equivalente a 10,87% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (100,49% do CDI, equivalente a 13,17% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	2024	2023
Circulante	33.014	27.098
Contas a receber das operações (a)	33.161	27.299
Provisão para perda esperada (b)	(147)	(201)
Não circulante	819	-
Contas a receber das operações (a)	819	-
Total	33.833	27.098

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio; e
(b) Refere-se a provisão para perda esperada – contas a receber, esperada pela Companhia

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2024	2023
Créditos a vencer	33.756	26.816
Créditos vencidos até 60 dias	53	115
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	24	167
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	87	92
Créditos vencidos há mais de 180 dias	60	109
Total	33.980	27.299

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	48.183	81.352
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(16.382)	(27.660)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(122)	(99)
Juros sobre capital próprio	9.622	9.803
Incentivos relativos ao imposto de renda	243	127
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(40)	(92)
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	218	179
Outros ajustes tributários (a)	1.187	102
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(5.274)	(17.640)
Impostos correntes	(9.530)	(3.876)
Impostos diferidos	4.256	(13.764)
Alíquota efetiva de impostos	10,95%	21,68%

(a) Em 2024, o montante de R\$ 1.187 refere-se à: (i) R\$ 24 parcela isenta adicional; (ii) R\$ 328 efeito tributário de prejuízo fiscal e base negativa de exercícios anteriores; e (iii) R\$ 835 efeito tributário de imposto corrente de exercícios anteriores.

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2024	2023
Ativo	289.187	282.557
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	273.720	277.949
Provisão de manutenção	10.727	1.967
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.484	1.325
Tributos com exigibilidade de suspensão de Pis e Cofins	1.111	751
Resultado de operações com derivativos	357	218
Programa de gratificação longo prazo	284	145
Provisão para perda esperada - contas a receber	50	68
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	1.425	93
Outros	29	41
Compensação de imposto ativo	(37.137)	(34.763)
Imposto ativo após a compensação	252.050	247.794
Passivo	(37.137)	(34.763)
Capitalização de juros	(24.632)	(24.509)
Diferenças temporárias - Lei n.º 12.973/2014	(9.061)	(9.736)
Custo de transação com debêntures	(3.051)	(143)
Valor justo	(358)	(358)
Ajuste a valor presente	(35)	(17)
Compensação de imposto	(37.137)	(34.763)
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	252.050	247.794

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação do imposto diferido	2024	2023
Saldos em 1º de janeiro	247.794	261.558
Reconhecimento no resultado	4.256	(13.764)
Saldos em 31 de dezembro	252.050	247.794

(a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital.

	2024
2025	4.088
2026	2.767
2027	678
2028	7.143
2029	12.405
2030 a diante	246.639
Total	273.720

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

Trata-se de pagamentos antecipados ao Poder Concedente e a indenizações de contratos sub-rogados, apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

	Saldos a compensar				Apropriação no resultado	
	Circulante		Não circulante		2024	2023
	2024	2023	2024	2023		
Outorga variável	73.578	73.578	913.593	987.171	73.578	73.578
Total	73.578	73.578	913.593	987.171	73.578	73.578

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	-	31	31	-	4.946	4.946
Bancos conta movimento	-	13	13	-	8	8
Contas a receber	-	12	12	-	3.869	3.869
Derivativos	-	-	-	-	1.069	1.069
Outros créditos	-	6	6	-	-	-
Passivo	19.170	232	19.402	1.946	375.803	377.749
Debêntures	-	-	-	-	371.341	371.341
Fornecedores e contas a pagar	2.240	162	2.402	1.946	144	2.090
Dividendos e juros sobre capital próprio	16.930	70	17.000	-	4.318	4.318

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Transações	2024			2023		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(35)	(35)	-	(73)	(73)
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	(124)	(124)	-	(298)	(298)
Custos / despesas com infraestrutura utilizada	-	(13)	(13)	-	(30)	(30)
Custos / despesas - serviços de transporte de valores	-	(292)	(292)	-	(293)	(293)
Custos / despesas - serviços especializados e consultorias	-	(61)	(61)	-	(4)	(4)
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	(5.531)	(5.531)	-	-	-
Custos / despesas - Doações	-	(983)	(983)	-	(895)	(895)
Custos / despesas - seguros	-	(2)	(2)	-	-	-
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	(1.620)	-	(1.620)	(4.840)	-	(4.840)
Despesas financeiras - juros, variações cambiais e monetárias	-	(10)	(10)	-	(14)	(14)
Receitas de aplicações financeiras	-	-	-	-	109	109
Receitas financeiras - ajuste a valor presente	-	33	33	-	83	83
Receitas financeiras - derivativos	-	-	-	-	218	218
Receita de doações de partes relacionadas	-	-	-	-	141	141
Receita de venda de ativo imobilizado	-	150	150	-	-	-
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	-	25	25	-	61	61
Repasso de custos e despesas - CSC (*)	(26.800)	-	(26.800)	(19.732)	-	(19.732)
Repasso de custos e despesas de colaboradores	-	45	45	-	(229)	(229)
Repasso de custos e despesas - rodovias	-	(283)	(283)	-	-	-
Imobilizado/Intangível	-	(1.294)	(1.294)	-	-	-

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 26.430 referente aos repasses de custos e despesas com a controladora indireta CCR.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 25 de abril de 2024, foi aprovada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora o montante R\$ 2.994, referente as despesas com profissionais-chave, não há outras remunerações da Administração.

11. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Equipamentos operacionais	Total em operação		
Saldos em 1º de janeiro de 2023	425	6.026	994	8.130	15.575	9.858	25.433
Adições	-	-	-	-	-	9.347	9.347
Baixas	(4)	(7)	-	(5)	(16)	-	(16)
Transferências	24	1.132	2.440	1.711	5.307	(5.307)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	307	-	-	307	-	307
Depreciação	(92)	(1.322)	(882)	(2.577)	(4.873)	-	(4.873)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	353	6.136	2.552	7.259	16.300	13.898	30.198
Custo	1.704	27.920	6.530	47.360	83.514	13.898	97.412
Depreciação acumulada	(1.351)	(21.784)	(3.978)	(40.101)	(67.214)	-	(67.214)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	353	6.136	2.552	7.259	16.300	13.898	30.198
Adições	-	-	-	-	-	27.926	27.926
Baixas	(2)	-	(164)	-	(166)	-	(166)
Transferências	62	1.528	147	11	1.748	(1.675)	73
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Depreciação	(76)	(1.354)	(968)	(2.045)	(4.443)	-	(4.443)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	337	6.310	1.567	5.225	13.439	40.147	53.586
Custo	1.761	29.447	6.310	47.366	84.884	40.147	125.031
Depreciação acumulada	(1.424)	(23.137)	(4.743)	(42.141)	(71.445)	-	(71.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	337	6.310	1.567	5.225	13.439	40.147	53.586
Taxa média anual de depreciação %							
Em 31 de dezembro de 2024	10	11	25	12			

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1.917 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.235 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,45% a.a. e 13,65% a.a., respectivamente.

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível					
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação	Infraestrutura em construção	Total do intangível
Saldos em 1º de janeiro de 2023	329.289	175	1.651	331.115	183.215	514.330
Adições	-	-	1.718	1.718	55.240	56.958
Transferências	221.415	280	(280)	221.415	(221.415)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(307)	(307)	-	(307)
Amortização	(20.842)	(134)	-	(20.976)	-	(20.976)
Outros	(104)	-	-	(104)	-	(104)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	529.758	321	2.782	532.861	17.040	549.901
Custo	676.237	2.032	2.782	681.051	17.040	698.091
Amortização acumulada	(146.479)	(1.711)	-	(148.190)	-	(148.190)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	529.758	321	2.782	532.861	17.040	549.901
Adições	-	-	2.299	2.299	60.199	62.498
Transferências	18.333	789	(866)	18.256	(18.329)	(73)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	2	-	2	-	2
Amortização	(32.031)	(128)	-	(32.159)	-	(32.159)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	516.060	984	4.215	521.259	58.910	580.169
Custo	694.570	2.823	4.215	701.608	58.910	760.518
Amortização acumulada	(178.510)	(1.839)	-	(180.349)	-	(180.349)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	516.060	984	4.215	521.259	58.910	580.169
Taxa média anual de depreciação %						
Em 31 de dezembro de 2024	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	57.552
Implantação de faixas adicionais SP-021	51.125
Execução de obras de melhorias nas bases e pedágios	2.597
Adequação e implantação de caixas de retenção SP-021	2.264
Duplicação da Alça de Acesso SP-021	1.552
Implantação das vias marginais Padroeira-Raposo	14

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 2.777 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 20.380 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 5,45% a.a. e 13,65% a.a., respectivamente.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)		Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		
			Vencimento final			2024	2023
6º Emissão - Série única	120% do CDI	0,076% (c)	Abril de 2024	3.171	-	-	186.258 (d)
6º Emissão - Série única	120% do CDI	(b)	Abril de 2024	-	-	-	186.962 (d)
7ª Emissão - Série única	CDI + 1,90% a.a.	2,2179% (a)	Abril de 2025	557	-	-	93.123 (d)
8ª Emissão - Série única	IPCA + 5,95% a.a.	6,4342% (a)	Abril de 2031	9.465	8.579	418.696	- (e)
9ª Emissão - Série única	CDI + 0,50% a.a.	0,6058% (a)	Novembro de 2028	407	395	131.617	- (e)
Total					8.974	550.313	466.343

	2024	2023
Circulante	5.538	375.716
Debêntures	7.077	375.103
Custos de transação	(1.539)	(46)
Valor justo	-	659
Não circulante	544.775	90.627
Debêntures	552.210	91.001
Custos de transação	(7.435)	(374)
Total geral	550.313	466.343

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 19;
- (c) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantia:

- (d) Aval / fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária; e
- (e) Não existem garantias.

Cronograma de desembolsos (não circulante)	2024
2026	43.333
2027	43.333
2028	43.333
2029	140.736
A partir de 2030	281.475
(-) Custo de transação	(7.435)
Total	544.775

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários.

14.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	274	274
Constituição	2.880	1.981	4.861
Reversão	(10)	(23)	(33)
Pagamentos	(542)	(431)	(973)
Atualização de bases processuais e monetária	31	33	64
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.359	1.834	4.193

14.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2024	2023
Cíveis	2.288	2.877
Trabalhista e previdenciário	548	-
Total	2.836	2.877

15. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2	5.796	5.798
Constituição	-	24.169	24.169
Ajuste a valor presente	-	1.584	1.584
Tranfêrencia	(2)	2	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	31.551	31.551

As taxas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, para o cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 9,24% a.a., respectivamente.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.303.434, composto por 651.717 de ações ordinárias e 651.717 de ações preferenciais.

16.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo n.º 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

16.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei n.º 6.404/76.

16.4. Dividendos

Em 25 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGO), o pagamento à conta de dividendos adicionais, no montante de R\$ 16.905. O pagamento foi realizado em 30 de abril de 2024.

Os requerimentos para cálculo do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2024, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	2024
Lucro líquido de exercício	42.909
(-) Constituição de reserva legal	(2.145)
Lucro líquido ajustado	40.764
Dividendo mínimos obrigatórios - 25% sobre o lucro líquido ajustado	10.191
Total de juros sobre capital próprio aprovados no exercício (líquido de IRRF)	24.054
Total de juros sobre capital próprio	24.054

Em 31 de dezembro de 2024, não houve a necessidade de constituição dos dividendos mínimos obrigatórios, devido a aprovação de juros sobre capital próprio pagos e a pagar.

16.5. Juros sobre capital próprio

Em 25 de setembro de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 8.299, relativo ao lucro dos exercícios de 2019, 2020 e 2021, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R\$ 7.054 e serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente.

Em 13 de dezembro de 2024, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 20.000, relativo ao lucro do exercício, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R\$ 17.000 e serão pagos conforme vier a ser deliberado oportunamente.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Receitas operacionais líquidas

	2024	2023
Receita bruta	507.705	446.858
Receitas de pedágio	448.348	409.378
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	55.939	33.475
Receitas acessórias	3.418	4.005
Deduções da receita bruta	(39.202)	(35.957)
Impostos sobre receitas	(39.014)	(35.673)
Devoluções	(188)	(284)
Receita operacional líquida	468.503	410.901

18. Resultado financeiro

	2024	2023
Despesas financeiras	(70.742)	(82.609)
Juros sobre debêntures	(40.390)	(72.813)
Variação monetária debêntures	(12.209)	-
Juros sobre mútuos com terceiros (a)	(17.066)	(18.821)
Perda com operações de derivativos	(1.616)	(5.907)
Comissão de fianças com partes relacionadas	(1.620)	(4.840)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(1.584)	(1.356)
Capitalização de custos de debêntures	4.694	21.615
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(5)	(12)
Ajuste a valor presente - arrendamento mercantil	(44)	(80)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(902)	(395)
Receitas financeiras	13.508	18.958
Ganho com operações de derivativos	1.672	6.125
Rendimento sobre aplicação financeira	10.407	9.180
Valor justo operações de debêntures (<i>hedge accounting</i>)	659	2.973
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	3
Juros e outras receitas financeiras	768	677
Resultado financeiro líquido	(57.234)	(63.651)

(a) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre a Companhia e a Encalço. Em 14 de julho de 2017, esse mútuo foi cedido para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) e pago em 20 de dezembro de 2024.

19. Instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		2024	2023
Ativos	Nível	95.635	105.055
Valor justo através do resultado		61.790	74.088
Caixa e bancos	Nível 2	1.636	1.454
Aplicações financeiras	Nível 2	59.906	70.991
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	248	574
Contas a receber com operações de derivativos		-	1.069
Custo amortizado		33.845	30.967
Contas a receber das operações		33.833	27.098
Contas a receber de partes relacionadas		12	3.869
Passivos		(603.433)	(638.629)
Valor justo através do resultado		-	(186.962)
Debêntures (a)	Nível 2	-	(186.962)
Custo amortizado		(603.433)	(451.667)
Debêntures (a)		(550.313)	(279.381)
Fornecedores e outras obrigações		(32.590)	(25.898)
Mútuos cedidos a terceiros		-	(138.882)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(2.402)	(2.090)
Juros sobre capital próprio		(17.000)	(4.318)
Obrigações com Poder Concedente		(1.128)	(1.098)
Total		(507.798)	(533.574)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures e notas promissórias mensurados ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2024		2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (a)	559.287	509.235	279.801	283.169

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

19.2. Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2024, têm como objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de juros sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures – série única.

Os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

O quadro a seguir demonstra os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Data de vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado	
		Moeda local		Moeda local Recebidos / (Pagos)		Valores a receber / a pagar		Ganho (Perda) em resultado	
		2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
SWAP - riscos de juros	2024	-	384.000	1.125	1.973	-	1.069	56	66
		-	384.000	1.125	1.973	-	1.069	56	66

19.3. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Nos cálculos das análises de sensibilidade, não foram consideradas novas contratações de operações com derivativos, além das já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.3.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures, notas promissórias, mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ (3) (4)	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(559.287)	(63.543)	(72.980)	(82.416)
Efeito sobre debêntures		(63.543)	(72.980)	(82.416)
CDI	-	-	-	-
Efeito sobre os mútuos		-	-	-
CDI	(60.388)	6.027	7.520	9.007
Efeito sobre as aplicações financeiras		6.027	7.520	9.007
Total do efeito da perda		(57.516)	(65.460)	(73.409)

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	12,1500%	15,1875%	18,2250%
--------------------	----------	----------	----------

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação, e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI).

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

20.1. Compromisso com o Poder Concedente – Outorga variável

	% Base	Valor pago no exercício		Circulante	
		2024	2023	Valor a pagar	2023
Outorga variável	3,0 Receita bruta	13.524	12.228	1.128	1.098
Total		13.524	12.228	1.128	1.098

20.2. Compromissos relativos à concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	2024	2023
Compromissos relativos à concessão	437.258	440.861

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

21.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	-	52
Fornecedores	-	52
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	-	(52)
Adições ao ativo imobilizado e intangível	-	(52)

21.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Debêntures e notas promissórias	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Arrendamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(466.343)	(4.318)	1.069	(683)	(470.275)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	(32.030)	28.278	(1.125)	548	(4.329)
Captações (líquidas dos custos de transação)	(530.128)	-	-	-	(530.128)
Pagamentos de principal e juros	498.098	-	-	548	498.646
Recebimento de operações com derivativos	-	-	(1.125)	-	(1.125)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	28.278	-	-	28.278
Outras variações que não afetam caixa	(51.940)	(40.959)	56	(55)	(92.898)
Despesas com juros	(52.599)	-	-	-	(52.599)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	659	-	56	-	715
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	-	(44)	(44)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(40.959)	-	-	(40.959)
Adições	-	-	-	(11)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(550.313)	(16.999)	-	(190)	(567.502)

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.



Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo	Presidente
Waldo Edwin Pérez Leskovar	Vice Presidente
Josiane Carvalho de Almeida	Membro Efetivo

Composição da Diretoria

Guilherme Motta Gomes	Diretor Presidente
Angelo Luiz Lodi	Diretor de Engenharia e de Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0